

# A Luta pela Terra

Susana de Matos Viegas\*

Antropóloga, pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa)

**A LUTA DOS TUPINAMBÁ POR DIREITOS TERRITORIAIS ASSEMELHA-SE MAIS A UM JARDIM JAPONÊS QUE É PERSISTENTEMENTE CUIDADO DO QUE À CAPACIDADE DE REJUVENESCIMENTO EXUBERANTE E ABRUPTO DA FLORESTA AMAZÔNICA. É MAIS UMA HISTÓRIA CONTINUADA DO QUE UM FENÔMENO RECENTE**

Os Tupinambá de Olivença, habitantes no município de Ilhéus, no litoral sul da Bahia, encaminharam uma “carta aberta” à Funai em Fevereiro de 2000 reivindicando a sua Terra Indígena (TI). Em 2001, conseguiram obter um primeiro relatório da Funai que melhor oficializou o seu “reconhecimento étnico”, e, em janeiro de 2004, foi constituído o Grupo de Trabalho (GT) para a elaboração do Relatório de Identificação da TI Tupinambá de Olivença. Em abril de 2005, os Tupinambá reivindicaram a análise do relatório, ainda sem resposta da Funai.

O trabalho do GT foi facilitado pelo entendimento com as lideranças: durante cinco semanas, a cacique Valdelice Amaral de Jesus acompanhou o trabalho de campo, e, a cada área visitada, lideranças locais se agregavam à equipe para levá-la à casa de cada um dos índios moradores daquela comunidade. A participação dos Tupinambá no trabalho de campo foi marcada por um diálogo construtivo, um entendimento dos limites da legislação e ao mesmo tempo uma capacidade exemplar de não abdicar das convicções sobre o território. Esse processo confirma o que mostra a história: que a luta dos Tupinambá por direitos territoriais assemelha-se mais a um jardim japonês que é persistentemente cuidado do que à capacidade de rejuvenescimento exuberante e abrupto da floresta amazônica. É mais uma história continuada do que um fenômeno recente.

## TERRITÓRIO E MOBILIDADE

A terra que os Tupinambá de Olivença ocupam e de que necessitam para viver inscreve-se na região de Mata Atlântica do sul

da Bahia, junto à Reserva Biológica de Una. Cruzada por rios de pequeno caudal, que nos seus braços ou córregos são trazidos a cada unidade de habitação, garantindo a existência dispersa numa área com cerca de 50 mil hectares, os Tupinambá de Olivença organizam-se hoje em 22 comunidades. Em muitas dessas áreas, o conhecimento da coleta de piaçaba nativa é o que mais marca a vida dos Tupinambá, enquanto que noutras a produção de farinha predomina, diferindo daquelas onde a pesca tem um papel mais importante. Em todas elas, contudo, a relação com o cultivo de mandioca e o consumo de múltiplos produtos alimentares cozidos, torrados, assados ou fermentados é marcante em suas vidas, pois é em grande medida a partir deles que se constituem e se vêem constituir como Tupinambá.

Tal como acontece com muitos outros grupos Tupi, os Tupinambá de Olivença são tanto mais apegados a um território quanto esse lhes permita mudar o seu local de habitação. A história da organização social desse grupo indica que ao longo de vários séculos ele se deslocou de sua área de residência ciclicamente, sempre em curtas distâncias. Assim se explica que, hoje, cerca de 3.000 índios residam em pontos diferentes de uma área territorial de mais de 50 mil ha, onde convivem com cerca de 10 mil não-índios.

A atual distribuição da população pelo espaço e paisagem agrícola da região não só não é alheia como integra a história do relacionamento dos Tupinambá de Olivença com o território. Em vez do cacau, característico da região de Ilhéus, foi a mandioca e a coleta de piaçaba que caracterizaram as explorações fundiárias da região. Apenas nas franjas do território, à medida que se caminha para a região de montanha, encontram-se fazendas de cacau.

A ação missionária dos jesuítas também é parte dessa história territorial. Nas brechas do ímpeto civilizatório jesuíta (que oscilava entre juntar os índios numa quadrícula vigilante e incentivá-los a ter as suas roças necessariamente fora da vila), os Tupinambá de Olivença foram constituindo o seu modo de viver sem

se confinarem à Aldeia de Nossa Senhora da Escada (aldeamento jesuíta denominado depois Vila Nova de Olivença).

Uma reconstituição documental do modo de habitar dos Tupinambá de Olivença, caminhando do presente para o passado, mostra que os três padrões de habitação atualmente verificáveis são praticados por essa população indígena há pelo menos dois séculos. O primeiro é marcado por uma vida mais circunscrita à área da vila e ao espaço em seu redor. O segundo padrão constitui-se pelo ritmo periódico de circulação entre a vila e uma área de mata mais para o interior. Em ambos os casos integram-se, de forma complementar, os recursos naturais de mar, mata com piaçaba nativa, rio com o acesso às festas e ao mercado em meio urbano. O terceiro e último padrão de habitação converge para a permanência quase exclusiva na mata. A vila de Olivença, nesses

casos, é visitada em ocasiões especiais, entre as quais se destacam celebrações festivas e a ida ao mangue para coletar crustáceos na *andada do caranguejo*.

O hábito de visitar parentes noutras localidades ganhou verdadeiro ímpeto nos últimos cinco anos, associando-se às reuniões em torno da organização de direitos. Porém, e ainda que seja tão fácil traçar emaranhadas redes genealógicas entre os participantes nessas reuniões, essa lógica de revitalização nostálgica de relações sociais não é eficaz para a *praxis* Tupinambá. Na verdade, se as redes de parentesco que conectam as diferentes localidades do território não são aleatórias, elas também não são um recurso em si. Entre os Tupinambá de Olivença, o significado do território é mais marcado por visitas intensas e regulares entre unidades de habitação de famílias extensas, residentes numa

## OS TUPINAMBÁ "ANTIGOS" E OS TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA

O dilema do conteúdo de identificação desta população indígena resolveu-se com facilidade, pela clareza com que o aprofundamento etnográfico da vida dos índios que habitam a região de Olivença, até 1997, evidenciou apenas como "índios de Olivença". Foi se aproximando do que os americanos têm descrito como sociedades Tupi.

Em setembro de 1997, foram observadas as primeiras reações de índios habitantes de Natividade e da Vila de Olivença a processo do que consistiu de seus antepassados sobre serem Tupinambá ou Tupi ou Guarani ou Tupiniquim. Mas nenhum desses comentários faziam qualquer menção ao fato de que se índios em Olivença tivessem qualquer tipo de existência do tipo que a sua existência indígena Tupinambá poderia causar no cenário público brasileiro. Logo em abril de 2001, tornou-se dramática a situação. Um jornalista da Folha de S. Paulo foi a Olivença entrevistar Arnaldo do Amaral — outro dos representantes dos Tupinambá no cenário das instituições governamentais (até da atual época). A Folha de São Paulo está

documentado e ali se encontra a famosa foto Tupinambá do século XVII, do Gabinete de Cartas e Mapas de Maurício de Nassau, da família real holandesa. A Folha sugere que Arnaldo fosse ver esse mundo com os seus próprios olhos. Dos representantes dos Tupinambá de Olivença a ideia não foi aceitar, tanto por serem curiosidade em ver o mundo como para tentarem discutir sobre a razão da mudança que levou um jornal a trazer foto a São Paulo para ver um mundo histórico. No artigo da Folha, de maio de 2001, o jornalista Arnaldo Antunes enunciava uma razão dos fatos que hoje constitui um diagnóstico de parte de Tupinambá de Olivença ao visões pela imprensa pública nos últimos anos: "esta modesta comunidade em Olivença está tentando mudar a história oficial do Brasil. (...) Dizem-se índios Tupinambá — etnia que a literatura especializada julga extinta desde o século 17 — e exigem, agora, que o governo os reconheça assim". Falar na "extinção" dos Tupinambá da Bahia e do Alagoas, mas a projeção dessa falácia no imaginário nacional é uma realidade poderosa com que os Tupinambá de Olivença têm se confrontado.

Depois da história do mundo em 2000, logo em 2001 a consequência da sua existência como Tupinambá passou da curiosidade à realidade. No âmbito de um dos conflitos administrativos mais sérios vividos por eles em 2001, um documento oficial a Folha, fez-se a constatar a existência dos Tupinambá de Olivença "considerando que ficamos cientes na Internet e não há encontrado registro da existência atual dos índios Tupinambá de Olivença" tanto a título declaratória da sua existência quanto a remissão para um cenário histórico causa estranheza, indeterminação e mal estar aos Tupinambá de Olivença. É, por exemplo, com perplexidade que assistem a proposta de se construir o edifício do Centro Cultural dos Tupinambá de Olivença "inspirado na arquitetura dos Tupinambá antigos". Mas serem inseridos na história profana do Brasil também lhes tem propiciado situações de enorme dignidade quando, por exemplo, um dos filhos encontra indígenas foram particularmente acolhidos por índios Kayapó e outros "parentes" que se relacionaram por os Tupinambá ainda ali serem.



Tupinambá de Olivença em Atença.

mesma área geográfica, do que por constantes jornadas entre localidades: menos pela descendência do que pela aliança.

## REIVINDICAÇÕES E BLOQUEIOS

A vida dos Tupinambá de Olivença foi sempre pautada pela reivindicação de direitos. Desde a fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), tem-se notícia de contatarmos o governo para os ajudarem a fazer recuar a ocupação fundiária da região. No início da década de 1980, uma solicitação de Terra Indígena foi levada a cabo por dois índios habitantes da região do Acuípe, onde há algumas comunidades Tupinambá. Um destes índios, Duca Liberato, já morreu, mas o segundo, Alício, mantém viva a memória da viagem que fez à Funai de Brasília para falar da terra dos índios que habitam em Olivença: de Brasília, trouxe um pé de fruto que plantou no centro da sua área de residência, projetando no robustecimento do tronco a possibilidade do “movimento da terra” amadurecer, como acontece hoje.

Não é apenas por receio de retaliação que os Tupinambá de Olivença se recusam a entrar numa propriedade fundiária, mas também pelo que podemos chamar de uma obstinação Tupi: transgredir a individualidade de outrem os paralisa. O bloqueio dos caminhos para os rios por “corredores de piaçaba”, que resguardam a mata agora privatizada e vigiada por seguranças que têm licença para disparar no caso de avistarem algum “ladrão”, é um dos conhecidos mecanismos de repressão sentidos com crescente força pelos Tupinambá de Olivença. Algumas unidades de habitação se despovoaram por estarem cercadas de mata de piaçaba nativa privada e “policiada” deste modo, transformando o simples ato de trazer às costas um molho de piaçaba em uma atitude de alto risco.

Uma outra tensão vivida pelos Tupinambá de Olivença é o desmatamento da Mata Atlântica. Assistem à fuga da água e da mata como se fossem espectadores de uma tela de cinema, não podendo modificar o enredo, previamente determinado e agenciado. A simples abertura de roças de mandioca ou o corte de troncos velhos para fazer fogo em casa passaram a parecer atos peca-

minosos. Ao mesmo tempo, porém, na região de Olivença a área de desmatamento tem aumentado escandalosamente, crescendo mais ainda desde que circula a notícia da identificação de uma Terra Indígena. Como é comum acontecer em situações de protelação do processo de identificação, os rumores instalam um clima de aleatoriedade destrutivo da vida de todos os que habitam na região.

Em agosto de 2003, durante o levantamento prévio de identificação da Terra Indígena, vivia-se uma situação de enorme tensão na região. Na área da vila e da costa marítima, onde há maior número de empreendimentos turísticos, foi construído um bloqueio que cortava o acesso das crianças indígenas que habitam junto da costa ao seu caminho cotidiano para a escola, e o dos adultos ao seu ponto de pesca privilegiado. Numa outra área, uma escolta da polícia civil tinha ido buscar dois índios para levá-los para depor. Eram acusados de furto de piaçaba.

Nesse mesmo agosto de 2003, a preparação da reunião final do trabalho do GT envolveu cautela, sigilo e silêncio. Eram muitos os casos de índios ameaçados de perderem o emprego caso os fazendeiros soubessem do seu envolvimento no “movimento” dos Tupinambá.

Em fevereiro de 2004, houve algumas melhorias na situação vivida em Olivença. Por exemplo, o bloqueio do acesso das crianças ao caminho para a escola e dos adultos ao seu ponto de pesca havia sido retirado. Os índios cercados por “corredores de piaçaba” em 2003 até aceitaram entrar 500 metros num trecho de mata para descrever ao ambientalista do GT os seus conhecimentos de caça, tendo também ganho tempo e coragem para cultivar uma pequena roça, no seu próprio terreno, na esperança de ainda ali estarem quando as raízes estiverem prontas para ser colhidas. Em suma, a pressão deixou de assumir a forma de cárcere para se voltar a instalar no limiar das condições de vida. *(fevereiro, 2006)*

### NOTA

\* Coordenadora do GT de Identificação da TI Tupinambá de Olivença, consultora Funai/Unesco.